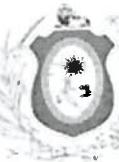


523^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

No dia 30 de janeiro de 2025, às 9h48, na Casa dos Conselhos, situada na Avenida Oliveira Lima, 813, Soledade, Recife/PE, teve início a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, de forma presencial, considerando ser a 523^a. Presentes à reunião ordinária, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Ana de Fátima Braga Barbosa; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cláudio Brandão de Oliveira; Elinildo Marinho de Lima; Francisco Sidney Rocha de Oliveira; Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho; Luiz Otávio de Melo Cavalcante; Maria Betânia Corrêa de Araújo; Maria Elizabeth Santiago de Oliveira; Maria Teresa Caminha Duere.** Conselheiros (as) Suplentes: **Ana Paula Nebl Jardim; Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza; Henrique Luiz de Lucena Moura; Juliana Santa Cruz Souza; Mons. José Albérico Bezerra.** 01. INFORME. PAUTA: 01 – Aprovação da Moção de Recomendação (formatada), a ser enviada pelo CEPPC à SECULT; 02 – Apresentação dos processos encaminhados pela Fundarpe para o CEPPC e definição de relatores; 03 – Definição e composição dos GT's. **Ana Barbosa** abriu a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de número 523, às 9h48. A pauta incluía a aprovação da Moção de Recomendação a ser enviada pelo Conselho à Secult. Na semana anterior, havia sido aprovada apenas a sugestão pessoal de uma conselheira e, naquele momento, seria validado o texto oficial em nome do Conselho para encaminhamento à Secult. O segundo item tratava da apresentação dos processos criados pela Fundarpe para o Conselho e da definição dos relatores, tarefa que caberia à conselheira Cristiane Feitosa. Ela apresentaria os processos com estudo técnico já concluído, incluindo aqueles encaminhados no final da gestão anterior e os finalizados posteriormente, para que fossem definidos relatores e prazos para a devolutiva. O terceiro item previa a definição e composição dos grupos de trabalho, já discutidos anteriormente. Naquele momento, os conselheiros titulares e suplentes validariam as equipes responsáveis por conduzir os grupos dentro de suas atribuições. Por fim, Ana Barbosa perguntou se algum conselheiro tinha informes a compartilhar e passou a palavra para Harlan Gadêlha. **Harlan Gadêlha** apresentou sugestões e um pedido de tombamento. Ele recordou que, na última reunião do Conselho, havia sido orientado que todos realizassem o recadastramento de suas contas no Bradesco para viabilizar o recebimento dos jetons. Ele também mencionou que, em 2022, o servidor da Fundarpe, Roberto Carneiro, havia feito uma explanação detalhada sobre a legislação de tombamento e registro. Harlan ainda possuía o texto dessa apresentação, com cerca de quatro ou cinco páginas, que orientava passo a passo o processo de solicitação de tombamento. Dado que novos grupos de trabalho seriam formados e a Fundarpe estava encaminhando diversos processos ao Conselho, ele ressaltou a importância de que os novos conselheiros tivessem acesso à legislação. Além disso, destacou a experiência de alguns membros mais antigos, como ele próprio, Ana Barbosa e Antiógenes, que haviam convivido com o tema por dois anos. Comentou, em tom descontraído, sobre a longa trajetória de Roberto na Fundarpe e sua participação na procissão do Carreço da Lenha, um patrimônio imaterial de Pernambuco. Informou ainda que, naquele ano, levaria o Conselho para conhecer a povoação de São Lourenço, em Goiana. Por fim,

523^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

anunciou a formalização do pedido de tombamento ao Conselho, conforme antecipado na reunião anterior. Ele lembrou que, no mandato anterior, foi realizado o tombamento da Comissão da Verdade Dom Hélder Câmara, mas que Sidney, uma das principais fontes de pesquisa da Comissão da Verdade de Pernambuco, havia sido deixado de fora. Explicou que o acervo do DOPS, iniciado na ditadura de Vargas e mantido até 1985, estava sob a guarda do Arquivo Público de Pernambuco por meio da Legislação Estadual. Considerou injusto que o estado não reconhecesse esse acervo como Patrimônio Tombado, dada sua relevância para a memória histórica de Pernambuco. Ele também sugeriu a criação de um carimbo de protocolo para o Conselho, ressaltando a simplicidade e o baixo custo da medida. Finalizou reiterando que protocolaria o pedido de tombamento conforme previsto na legislação. **Ana Barbosa** registrou que o pedido havia sido recebido e protocolado no Conselho. Informou que o tema seria debatido em uma reunião futura para aprovação, registro em ata e encaminhamento oficial. Sugeriu que a explanação de Roberto Carneiro fosse realizada juntamente com a de Cristiane, já que esta última apresentaria os relatórios técnicos. Dessa forma, ambas as falas poderiam ser articuladas conforme a legislação vigente. Reforçou a importância de seguir a lei como diretriz principal do Conselho, destacando que nem sempre era possível agir conforme desejo ou interpretação pessoal, mas sim conforme o que estava estabelecido na norma. Dado que a reunião do dia estava focada nos relatórios técnicos e na definição dos relatores, sugeriu manter o foco nesses pontos. Ressaltou que novas oportunidades surgiram para a participação de Harlan Gadêlha, citando o exemplo de Marcelo Renan, que já havia tratado do Patrimônio Vivo em outra ocasião. Indicou que futuras discussões sobre o Patrimônio Imaterial poderiam ser organizadas de forma mais estruturada, garantindo um entendimento claro sobre os temas abordados. Por fim, anunciou a presença das ex-conselheiras Mônica, representante do segmento imaterial, e Claudia Pinto, do segmento de arquitetura, concedendo a palavra a Claudia. **Claudia Pinto** se apresentou, falou sobre sua participação no Conselho, no primeiro biênio 2020 - 2022 e biênio seguinte 2023 - 2024. Falou também sobre o 2º Congresso dos Institutos Pernambucanos, realizado em Caruaru, organizado por ela e disse que, para participar em parceria com outros institutos, foi necessário criar a Rede de Institutos Históricos de Pernambuco – RIHPE, contando com 26 institutos históricos, com atividades nos municípios. O evento durou três dias, sendo um dos participantes o representante do Ministério Público de Pernambuco, o Dr. José Soares, que versou sobre ICMS Cultural. A ex-conselheira aproveitou para convidar a todos para o 3º Congresso dos Institutos Históricos a realizar-se dias 29, 30 e 31 de agosto, no município de Goiana. Claudia deixou um exemplar da carta de Caruaru à Representante da Secult, Ana Paula Jardim para ser entregue à Secretária Cacau de Paula. **Ana Paula** complementou, informando que o Mecenato Cultural fazia parte do programa de governo da governadora Raquel Lyra e que o processo estava em fase final. Explicou que, em Minas Gerais, o Mecenato destinava R\$ 100 milhões para a conservação do patrimônio e que, em Pernambuco, a iniciativa já estava em andamento. Destacou que o projeto de lei estava praticamente concluído, restando apenas a etapa de análise do impacto financeiro pela Secretaria da

523^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Fazenda. Previu que, ainda no primeiro semestre, o projeto estaria finalizado, incluindo medidas para a conservação do patrimônio. **Mônica Siqueira** expressou sua honra em participar da quinta gestão do Conselho e destacou a importância da discussão sobre a Preservação do Patrimônio Cultural. Relatou sua trajetória no Conselho, iniciando como suplente de Cláudio em 2018/2019 e, posteriormente assumindo a cadeira do segmento de patrimônio imaterial por duas gestões. Ela ressaltou a necessidade de uma transição eficiente entre gestões, sugerindo que, além dos técnicos da Fundarpe, os próprios conselheiros fossem chamados para apresentar um levantamento das ações realizadas. Mônica enfatizou sua defesa do Patrimônio Vivo e a luta para eliminar a exigência de um proponente para a indicação de mestres, a qual foi considerada antidemocrática. Embora a mudança tenha sido aprovada, apontou que uma falha na legislação manteve essa exigência para pessoas físicas, penalizando os mestres. Destacou que, apesar de dois concursos já terem sido realizados sem resolver a questão, a aprovação da medida indicava um avanço necessário. Mônica mencionou a criação do Fórum do Patrimônio Imaterial e da União dos Patrimônios Vivos como iniciativas relevantes para a continuidade das políticas de preservação. Encorajou a nova gestão a dar continuidade às conquistas, incluindo o edital de patrimônio, que foi um dos frutos do trabalho anterior. Expressou sua disposição para colaborar e desejou sucesso à nova equipe. Finalizou mencionando sua formação como jornalista, com especialização em preservação do patrimônio cultural, e sua ligação com Guadalupe e Beth de Oxum. **Ana Barbosa** resumiu os pontos discutidos, confirmado que o convite de Claudia foi feito, o informe foi passado e o recado de Mônica foi dado. Ressaltou que a questão da autoindicação do Patrimônio Vivo havia sido revisada e encaminhada, mas, por razões desconhecidas, não foi considerada na troca de governo. A mudança permitiu a autoindicação apenas para instituições e pessoas jurídicas, excluindo a possibilidade de autoindicação para mestres. Destacou que não havia mais ações a serem tomadas pelo Conselho nesse aspecto, mas cabia cobrar explicações e articular junto à Assembleia para entender o que ocorreu e como corrigir a questão conforme deliberado. Quanto às ações em andamento, mencionou que Amanda traria atualizações após retornar de férias. Alertou que despejar muitas ações simultaneamente seria ineficaz para as equipes e reforçou que o foco do encontro era a análise dos relatórios, um processo que exigiria tempo. Destacou que, após semanas de discussões teóricas, o grupo iniciaria o trabalho prático, pactuando prazos e implementando ações de forma gradual ao longo dos 24 meses de gestão. **Maria Elizabeth Santiago** informou que o Terreiro da Casa Xambá, um espaço secular em Pernambuco e primeiro Quilombo Urbano reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, foi alvo de um ato de violência. Ressaltou que a perseguição a terreiros e comunidades de matriz africana ocorre em todo o país e mencionou que, quando integrava o Conselho Nacional de Política Cultural, recebia centenas de denúncias desse tipo. Destacou a necessidade de discutir no Conselho qual patrimônio deve ser protegido, incluindo tanto o edificado quanto o imaterial, como os terreiros pertencentes ao povo negro e afrodescendente. Mencionou a existência de um movimento em Pernambuco, chamado "Pernambuco para Cristo", que se apropriou de

3



523^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

um discurso religioso para promover ações de intolerância. Citou Martin Luther King, destacando que “o silêncio dos bons é mais preocupante que o barulho dos maus”. Relatou um episódio recente em que evangélicos se reuniram em frente à Casa Xambá durante um toque para Obaluaiê, proferindo insultos e chamando os participantes de “adoradores do diabo”. Enfatizou que a Constituição protege a liberdade religiosa e que ninguém pode ser humilhado ou “vilipendiado” por sua fé. Informou que, no domingo, houve uma reunião com lideranças políticas para discutir o ocorrido e questionou como o Conselho poderia encaminhar a questão. Sugeriu a publicação de uma nota de solidariedade à Casa Xambá e ao seu status de Patrimônio Vivo, destacando a importância de um posicionamento firme contra a intolerância religiosa. Propôs ainda um seminário para aprofundar o debate e responsabilizar as instituições pelo combate à perseguição religiosa. Finalizou alertando que episódios como esse demonstram uma crescente ameaça aos direitos e à laicidade do Estado. **Elinildo Marinho** propôs uma contraproposta à sugestão de Mãe Beth, enfatizando que o reconhecimento da Casa Xambá como Patrimônio Vivo não se restringia ao Conselho, mas também envolvia um recorte político do governo, da Secult e da Fundarpe. Destacou a necessidade de uma nota conjunta desses três órgãos, reforçando que o Estado deveria se posicionar sobre o ocorrido. Além disso, sugeriu que o Conselho convidasse Pai Ivo de Xambá para relatar pessoalmente a situação enfrentada pela Casa Xambá, em vez de se basear apenas em informações divulgadas nas redes sociais e na mídia. Ressaltou a importância de ouvir diretamente o representante desse patrimônio, uma vez que o próprio Conselho é responsável por sua legitimação. **Ana Barbosa** propôs que a composição dos grupos de trabalho fosse definida dentro da pauta da reunião, com o objetivo de organizar a condução das demandas. Sugeriu que o grupo responsável pelo patrimônio imaterial, incluindo o Patrimônio Vivo, se articulasse para elaborar um texto e propor um encaminhamento estruturado. Defendeu a necessidade de evitar excesso de informes e demandas pontuais, que poderiam dificultar o andamento das atividades. Argumentou que, com os grupos devidamente formados e funcionando dentro de suas temáticas, as propostas poderiam ser estruturadas e apresentadas de forma organizada. Dessa maneira, as deliberações seriam validadas no Conselho de forma mais eficiente, garantindo a produção e o avanço das pautas, sem atropelos. **Mons. José Albérico** sugeriu que a questão levantada por Mãe Beth fosse ampliada para incluir outras igrejas, além das já citadas. Propôs que igrejas que desejassesem se juntar à iniciativa pudessem participar, a fim de evitar que a nota ficasse restrita a uma única religião ou segmento. Mencionou que, na Arquidiocese, existe uma comissão chamada Comissão Arquidiocesana Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso, e, com o apoio do Arcebispo, essa comissão poderia assinar a nota. Destacou também que outras igrejas evangélicas, embora não aceitassem a proposta, não poderiam impedir o fortalecimento da iniciativa com a adesão de outras instituições. **Elinildo Marinho** reforçou a importância de convidar Pai Ivo para um primeiro momento, com foco na emissão de uma nota de solidariedade. Em seguida, sugeriu que o Conselho o convide para falar pessoalmente, a fim de obter relatos diretos, já que, até então, as informações

523^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

eram provenientes de segunda mão, inclusive nas redes sociais. Ele propôs, após a fala de Pai Ivo, deliberar sobre os próximos passos, incluindo a possibilidade de convocar um evento para discutir os casos de violência, como o ocorrido em Jaboatão, onde houve agressões físicas e destruição de material. A ideia era trazer representantes do terreiro de Jaboatão para compartilhar suas experiências. Elinildo sugeriu que o conselho organizasse um evento para dar voz às vítimas e pensar em estratégias de apoio a esses grupos. **Augusto Ferrer** complementou, destacando a urgência da pauta, pois considerava que não se podia perder tempo. Concordou com a proposta de Elinildo e sugeriu que, na próxima reunião, o Conselho trouxesse Pai Ivo para falar sobre o caso e articulasse a presença de outras religiões para ouvir seu relato. Ele enfatizou a importância de escutar Pai Ivo e, a partir disso, discutir a elaboração de uma nota conjunta. Augusto afirmou que, enquanto o conselho tem um papel específico, a Secult e a Fundarpe, também são responsáveis, cada uma em sua área. Propôs que esse assunto fosse colocado como pauta principal na reunião, ao invés de se iniciar com os grupos de trabalho ou a moção, para não perder a oportunidade de tratar do tema com a presença de Pai Ivo. **Ana Barbosa** ressaltou que a pauta, envolvendo três pessoas, trataria de um assunto que demandaria um bom tempo. Ela sugeriu que, apesar disso, o Conselho poderia definir os grupos de trabalho no mesmo encontro, uma vez que esses grupos ficariam responsáveis por articular os contatos, redigir o texto e, se possível, apresentar a proposta na próxima reunião, já validada. Ela propôs também incluir na próxima reunião as indicações da Secult e da Fundarpe, e sugeriu que a divulgação do evento fosse feita por meio das redes da Secult, com a organização e articulação necessárias para garantir um bom resultado. Ela verificou se todos estavam de acordo e seguiu para a próxima pauta. Ana apresentou o primeiro item de pauta, que envolvia a aprovação da Moção de Recomendação a ser enviada pelo CEPPC à Secult. Ela explicou que, embora a proposta tenha sido entregue na semana anterior, agora seria transformada em um texto de ofício a ser encaminhado oficialmente à Secult, com o Conselho assumindo a responsabilidade pelo envio e não a autora individualmente. O texto foi lido, destacando a recomendação para a inclusão de um polo de antagonismo dos Patrimônios Vivos no Carnaval de 2025, patrocinado pelo governo do estado, como política pública para a divulgação e valorização da Cultura Pernambucana. O objetivo era promover a técnica de *video mapping* durante o carnaval, criando efeitos visuais para reconhecer e valorizar os mestres e mestras da cultura popular. A proposta foi formulada com base no regimento do Conselho, que permite aos conselheiros proporem temas por meio de resolução, recomendação, proposição ou moção. Após a leitura do texto, Ana Barbosa pediu comentários e passou a palavra para Augusto, destacando que o texto estava pronto para votação ou para possíveis alterações. **Augusto Ferrer** expressou sua dúvida sobre se a questão deveria ser tratada como uma recomendação ou uma moção. Ele acreditava que deveria ser uma recomendação ao estado, mas ficou incerto sobre os limites do Conselho, já que não era advogado e tentava interpretar os textos legais. Ele destacou que a recomendação estava relacionada à implementação de políticas públicas, programas ou normas, mas ficou em dúvida sobre como isso se aplicaria à divulgação e

523^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

promoção do patrimônio, especialmente no contexto do Patrimônio Vivo e sua salvaguarda. Ferrer sugeriu cautela ao usar esses meios sem uma justificativa clara, para evitar que as manifestações do Conselho se tornassem frágeis ou sem embasamento. Ele pediu que, ao propor qualquer recomendação ou moção, os conselheiros se baseassem nas diretrizes existentes, respeitando os limites legais e seguindo a regra democrática. **Betânia Corrêa de Araújo** sugeriu que as fachadas da cidade poderiam ser aproveitadas para projeções, como as realizadas no Carnaval e no Natal. Ela considerou essa ideia muito interessante, pois além de iluminar, poderia ocupar o espaço urbano com essas projeções em locais mais visíveis, evitando que fiquem em áreas distantes ou pouco notáveis. Para ela, essa era uma excelente estratégia para ocupar a cidade de forma impactante. **Ana Paula Jardim** ressaltou que o Carnaval de 2025 já estava próximo e que a programação já havia sido definida, com a coletiva marcada para o dia 13 de fevereiro. Ela mencionou que não sabia se seria possível realizar contratações para projeções em superfícies no curto prazo. Sugeriu, no entanto, que os palcos do Governo do Estado pudessem incluir os Patrimônios Vivos ao longo do ano, iniciando no Carnaval. Citou que essa sugestão já havia sido feita anteriormente por Cacau, Secretária de Cultura. Além disso, considerou inviável implementar a proposta imediatamente devido às novas exigências da lei de licitações, que tornavam os processos mais complexos. Como alternativa, recomendou que as imagens dos Patrimônios Vivos fossem exibidas nos telões dos palcos, o que demandaria apenas inclusão na programação. Destacou, por fim, que para 2026, seria necessário um planejamento antecipado devido às exigências burocráticas. **Maria Elizabeth Santiago** explicou que sua proposta na reunião anterior surgiu da necessidade de dar maior visibilidade aos patrimônios vivos durante o Carnaval, considerada a maior festa da cultura brasileira e pernambucana. Ela destacou a ausência desses patrimônios na programação e afirmou que sua preocupação não era com questões legais, mas sim com o protagonismo dos mestres e mestras da cultura, do qual fazia parte. Ressaltou a falta de articulação entre os patrimônios vivos e a dificuldade que muitos enfrentavam para conseguir espaço nos eventos, citando casos de músicos que precisavam insistir para se apresentarem. Criticou o formato atual, onde poucos patrimônios são convidados apenas para desfilar, sem efetiva participação artística. Sobre a proposta de projeções, afirmou que a ideia partia de sua experiência profissional e que, em cidades com prédios brancos e históricos, a lei era respeitada quando atendia às necessidades culturais, mas que, quando não, deveria ser revista. Defendeu que o Carnaval e outras oportunidades deveriam ser utilizados para dar visibilidade aos corpos, rostos e histórias dos patrimônios vivos. Enfatizou que, a partir daquele momento, buscaria garantir que esses mestres e mestras fossem protagonistas como nunca foram antes. **Elinildo Marinho** considerou válidas as preocupações levantadas por Augusto e pelos demais participantes. Sugeriu que, em vez de "recomenda-se", utilizasse-se "sinaliza-se", ampliando a proposta para além de 2025, e garantindo que a programação do Carnaval fosse discutida antecipadamente no Conselho. Destacou que essa programação, muitas vezes, chegava de forma tardia, impossibilitando a devida recepção e organização.

523^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Ressaltou que a política pública dos Patrimônios Vivos envolvia salvaguarda, fruição e difusão cultural, considerando essencial que esses mestres e mestras fossem efetivamente incluídos como tema do Carnaval, algo que nunca havia ocorrido de maneira global. Além disso, propôs a inclusão de um terceiro ponto na pauta: a ressignificação da Casa da Cultura como um espaço de programação permanente para os Patrimônios Vivos de Pernambuco. Argumentou que, o local, assim como sua redondeza, estava abandonado e precisava ser revitalizado com uma programação anual que garantisse sua ocupação pelos próprios fazedores de Cultura. Defendeu que essa iniciativa deveria ser uma política pública permanente, desvinculada de gestões específicas, assegurando a valorização contínua dos Patrimônios Vivos no estado.

Maria Betânia Corrêa de Araújo afirmou que a proposta de *video mapping* nos edifícios era uma via de mão dupla. Além de valorizar o patrimônio vivo, destacava também as construções históricas, como os fortes de Salvador. Explicou que, por meio das projeções, os transeuntes poderiam visualizar a história da cidade. Ressaltou, ainda, que a iniciativa não servia apenas para promover o patrimônio, mas também para enaltecer-lo. **Ana Paula Jardim** informou que o evento "Pernambuco Meu País" teria início em julho e passaria por dez municípios. Destacou que a iniciativa ocorreria semanalmente e seria maior do que o Carnaval. Mencionou que, no ano anterior, o evento já havia sido realizado e sugeriu aproveitar o Carnaval como ponto de partida para outras festividades ao longo do ano, incluindo as juninas, natalinas e demais celebrações. **Harlan Gadêlha** esclareceu que a recomendação havia sido apresentada, mas a resposta oficial da Fundarpe e da Secult ao Conselho, ainda não havia sido recebida. Propôs uma abordagem baseada na tradição jurídica brasileira, mencionando o conceito do "direito achado na rua", aplicado no Rio Grande do Sul, e a previsão constitucional do mandado de injunção, utilizado pelo Supremo Tribunal Federal para suprir lacunas legais. Sugeriu aguardar a resposta da Fundarpe e da Secult antes de tomar uma decisão. Ressaltou que a intenção não era se opor a nada, mas recomendar políticas públicas, citando a observação de Betânia sobre a existência de prédios estatais vazios que poderiam ser utilizados para divulgar o Patrimônio Cultural. **Augusto Ferrer** concordou com Harlan e destacou que o grupo poderia solicitar e recomendar o que considerasse necessário. No entanto, ressaltou que, diante das devolutivas recebidas e das limitações impostas pelos prazos, o debate precisava ser ajustado. Defendeu a manutenção do texto original de Maria Elizabeth, enfatizando que o Carnaval era uma festa excepcional, de alcance nacional e internacional, incomparável aos ciclos junino e natalino. Sugeriu que o foco fosse na excepcionalidade do Carnaval, conforme apontado por Elizabeth, e que, para esse evento, fosse garantido um polo do Patrimônio Vivo, aguardando a resposta oficial para ajustes futuros. **Maria Elizabeth Santiago** reforçou sua proposta, enfatizando que o Carnaval possuía uma diversidade cultural única, atraindo entre 4 e 5 milhões de pessoas ao estado para vivenciar a cultura pernambucana. Destacou a presença de manifestações como o Caboclinho, o Maracatu de baque solto e baque virado, as orquestras de frevo, os símbolos carnavalescos e outras expressões tradicionais. Ressaltou que o evento era distinto do "Pernambuco

523^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Meu País", pois mobilizava um público significativamente maior. Citou a observação de Betânia sobre a caracterização da cidade e argumentou que o Carnaval trazia novos elementos e dinamicidade ao cenário urbano. Defendeu que a Fundarpe deveria protagonizar os Patrimônios Culturais em todos os ciclos festivos, mas reforçou que o Carnaval era o evento central, o mais significativo, por reunir milhares de pessoas em celebração. Ana Barbosa reconheceu a importância da visibilidade do Carnaval, mas enfatizou a necessidade de valorização do patrimônio cultural local pelos próprios pernambucanos, incluindo recifenses, olindenses, jaboatonenses e outros municípios do estado. Destacou que eventos itinerantes, embora não tenham a mesma projeção do Carnaval, poderiam contribuir para o reconhecimento e respeito aos patrimônios culturais locais. Observou que muitos visitantes do Carnaval estavam mais interessados na festa do que na cultura, tornando essencial a ampliação dessas iniciativas ao longo do ano. Argumentou que reforçar a imagem, a arte e o legado cultural, ajudaria a consolidar o patrimônio e fortalecer a identidade do estado. Mencionou o relato do Procurador sobre prefeitos do interior que alegavam que suas cidades não possuíam cultura, evidenciando a falta de consciência sobre o tema. Defendeu que a ampliação das ações culturais também evitaria a predominância de manifestações externas, que acabam sendo assimiladas devido à sua massiva divulgação. Maria Betânia Correa de Araújo destacou a importância do videomapping em eventos festivos, ressaltando que o Forte das Cinco Pontas teve sua iluminação cênica instalada duas vezes, mas foi completamente roubada. Defendeu a necessidade de dar visibilidade aos monumentos, especialmente em períodos de festividade, quando o controle sobre essas situações poderia ser maior. Sugeriu a valorização desses espaços e mencionou seu interesse em elaborar um texto que enfatizasse menos aspectos simbólicos, como o Papai Noel, e mais a iluminação de praças e edifícios históricos. Citou Salvador como um exemplo bem-sucedido na valorização de fortes tombados pelo patrimônio. Teresa Duere refletiu sobre a importância da valorização dos patrimônios históricos e vivos, citando um dado recente que apontava Salvador como a cidade mais visitada do Brasil durante o Carnaval, seguida por Recife e, em terceiro lugar, o Rio de Janeiro. Destacou que a inversão dessas posições demonstrava a força da identidade cultural das cidades. Defendeu que a discussão sobre patrimônio não deveria se limitar ao Carnaval, mas abranger um contexto mais amplo, permitindo a participação ativa dos grupos na definição de prioridades. Ressaltou a necessidade de abrir espaços, como a Casa da Cultura, para tornar o patrimônio mais acessível à população. Apontou que muitas pessoas desconheciam quem eram os patrimônios vivos e sugeriu que fosse realizada uma pesquisa para mapear esses nomes. Propôs que o grupo se posicionasse estrategicamente, definindo linhas de ação para garantir a visibilidade e o reconhecimento dessas figuras, especialmente no interior do estado. Defendeu que o debate sobre Patrimônio deveria estar alinhado a uma orientação coletiva e integrada, evitando dispersão. Sugeriu que a valorização do patrimônio fosse trabalhada de forma educativa, garantindo que as novas gerações conhecessem, respeitassem e cultivassem essa riqueza cultural. Afirmou que o verdadeiro valor do Patrimônio estava no

523^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

conhecimento e na consciência popular sobre sua importância. **Elinildo Marinho** ressaltou a importância do ponto levantado pela conselheira e destacou que o Carnaval era uma festa descentralizada, ocorrendo em diversas regiões além da capital. Reconheceu que Recife possuía um forte apelo turístico, mas lembrou que outras localidades também celebravam a festividade. Mencionou que, fora da Região Metropolitana, a Mata Norte era a área com maior concentração de Patrimônios Vivos legitimados, enquanto o Sertão possuía ao menos um Patrimônio Vivo em cada uma de suas subdivisões. Citou um antigo projeto escolar voltado à leitura, que utilizava Patrimônios Vivos para transmitir seus saberes e fazeres, destacando sua relevância pedagógica. Explicou que, na época, a comissão de Patrimônio Imaterial era frequentemente acionada para intermediar o contato com esses mestres da cultura. Sugeriu que a comissão do Conselho responsável pelo Patrimônio Imaterial e Patrimônio Vivo fosse convidada a participar das discussões sobre a programação do Carnaval, pois seus membros possuíam conhecimento sobre esses patrimônios, ao contrário de muitas das pessoas envolvidas na organização. Recomendou a inclusão dessa sugestão nas deliberações e mencionou que a Fundarpe possuía um mapeamento refinado dos Patrimônios Vivos, trabalho que ele próprio havia iniciado e organizado por região. **Ana Barbosa** observou que, embora estivessem discutindo o tema e exercitando o diálogo, ainda não haviam chegado a um consenso sobre as questões em pauta. Apoiando as sugestões das conselheiras Teresa e Ana Paula, bem como de Augusto, propôs que, por prudência e devido à falta de acordo, fosse formada uma comissão para detalhar e elaborar melhor o assunto nos grupos. Assim, cada grupo ficaria responsável por arredondar as questões, que seriam então apresentadas e discutidas novamente em plenário. Destacou que, embora o Carnaval de 2025 estivesse se aproximando, não seria possível chegar a uma decisão final naquele momento, mas que o trabalho continuaria para garantir que a decisão atendesse a todos de forma satisfatória. **Maria Elizabeth Santiago** concordou com o que Teresa havia colocado, destacando que a discussão sobre a inclusão e protagonismo dos patrimônios em diversos ciclos seria aprofundada ao longo do ano, com mais diálogo e debate. Ela considerou que a proposta apresentada era algo mais imediato, que poderia ser aprovado rapidamente, como mencionaram outros membros. Propôs que a questão fosse encaminhada para o GT de Patrimônio Vivo, para que fosse resolvida de forma prática e eficiente. **Cristiane Feitosa** sugeriu a incorporação da possibilidade mencionada por Ana Paula sobre projeções nos palcos. Cristiane considerou que, ao incluir essa opção, não haveria prejuízo, já que a viabilidade da ideia estava praticamente confirmada. **Sidney Rocha** informou que o Arquivo Público emitiu, sem burocracia, uma nota de solidariedade em apoio ao servidor Ivo, Babalorixá do Terreiro de Xambá. Destacou a importância de agir além da burocracia e do regimento em situações emergentes. Além disso, questionou se uma reunião por semana seria suficiente para atender às demandas, sugerindo a necessidade de encontros mais frequentes para avançar nos trabalhos e alinhar parcerias com a gestão anterior. **Harlan Gadêlha** ressaltou a necessidade de um esforço concentrado, semelhante ao realizado no Conselho anterior em 2023, para que

523^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

todos tomassem conhecimento das matérias pendentes. Sugeriu que as reuniões fossem intensificadas antes do Carnaval, evitando atrasos nos trabalhos. Mencionou que, embora o Conselho tenha remuneração para seis reuniões mensais, seria possível realizar até dez. Destacou que a Fundarpe estava trazendo 20 processos antigos e alertou que, sem essa organização, o andamento dos trabalhos seria lento. Propôs a realização de mais quatro ou cinco reuniões adicionais, distribuídas em dois encontros semanais ou em turnos alternados, como já havia sido feito anteriormente, facilitando a gestão das demandas. **Ana Barbosa** ajustou a proposta para incluir projeções em outros espaços além do *video mapping*. Após a adequação do texto, a aprovação foi realizada por unanimidade, garantindo a difusão e valorização de mestres, mestras e grupos da cultura popular nos telões e espaços de divulgação promovidos pelo Governo do Estado. Em seguida, abordou-se o segundo item da pauta, inicialmente previsto para a apresentação de processos, mas adiado. Antes de passar a palavra para Roberto, Ana Barbosa mostrou e esclareceu os livros de registro material que contém as anotações manuais feitas por Ana Rita. Roberto foi designado para explicar o funcionamento do processo de tombamento, que se inicia com um pedido formalizado por qualquer pessoa da sociedade ou pelo próprio Conselho. Esse pedido dá origem a um estudo técnico conduzido pela Secult, que, após a conclusão, é encaminhado ao Conselho. No Conselho, os relatores são designados para analisar o material, elaborar um relatório e apresentar seu parecer em data previamente agendada. O plenário pode aprovar, rejeitar ou solicitar revisões no relatório, garantindo que o processo seja discutido até alcançar uma versão final. Nem todos os pedidos são aprovados, e, caso um tombamento seja recusado, o assunto é encerrado. Os registros aprovados são transcritos manualmente nos cinco livros de tombo, organizados conforme a categoria do bem analisado: bens móveis, monumentos isolados e edifícios; conjuntos urbanísticos e históricos; monumentos, sítios e paisagens naturais; cidades, vilas e povoados. Esse registro garante que os documentos fiquem acessíveis para consulta futura por historiadores, estudiosos e cidadãos. O esclarecimento foi feito para que todos compreendessem o fluxo e a importância da função de relator dentro do processo. **Elinildo Marinho** fez duas observações importantes. Primeiro, destacou a necessidade de criar um manual para a manipulação dos acervos presentes, alertando que os livros estavam sendo manuseados sem luvas. Ressaltou que esse material era destinado à posteridade e à consulta, exigindo cuidados específicos para evitar danos. Defendeu a urgência da elaboração desse manual e a possível digitalização dos documentos, caso necessário. Em seguida, sugeriu a realização de seminários concentrados sobre temas técnicos que seriam abordados por conselheiros novatos. Reconheceu a relevância das falas anteriores, mas enfatizou que algumas discussões exigiam aprofundamento para evitar concorrência com outras pautas. Destacou que esses seminários, independentemente do nome adotado, deveriam permitir que os convidados apresentassem seus temas sem interrupções. **Ana Barbosa** ressaltou a possibilidade de criação de um grupo de educação, destacando a importância de alinhar sugestões e temas às atribuições legais do Conselho. Alertou que, sem esse enquadramento, haveria um excesso de propostas

10

523ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

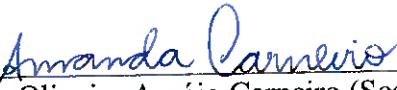
que poderiam se perder nas atas, dificultando sua recuperação futura. Sugeriu que as ideias fossem registradas para que, assim que o grupo estivesse formado, pudesse iniciar os trabalhos com base nessas contribuições. **Roberto Carneiro** mencionou sua longa trajetória na Fundarpe, onde completou 40 anos de atuação, além de três anos anteriores no IPHAN. Destacou que, ao longo desse período, sempre trabalhou dentro da mesma temática, aprofundando conhecimentos sobre Patrimônio Material e Imaterial, tanto no estado quanto em outros lugares do país e do exterior. Apoiou a observação de Elinildo sobre a importância da correta manipulação dos acervos e reforçou a necessidade de que os conselheiros conhecessem a legislação pertinente, como a Lei 7970/79 sobre tombamento e sua regulamentação pelo Decreto 6.239/80. Ressaltou que o Regimento Interno também deveria ser amplamente lido e compreendido, pois muitas dúvidas recorrentes já estavam respondidas nesses documentos. Explicou a diferença entre registro e tombamento, esclarecendo que o tombamento, ligado a estruturas físicas, era um processo executado pela Fundarpe como órgão técnico. Após a análise fotográfica, gráfica e histórica, o material era submetido ao Conselho, responsável pela decisão final sobre o tombamento. Defendeu que os conselheiros, especialmente os novos, se aprofundassem nos meios legais para fundamentar suas propostas dentro da legislação vigente. Também ressaltou a necessidade de retomar e concluir a minuta de legislação elaborada em gestões anteriores, voltada à orientação dos municípios na criação de suas próprias leis e registros. Argumentou que, muitas vezes, o pedido de tombamento era feito sem considerar a relevância do bem para o município, e que fortalecer a preservação local seria uma estratégia mais eficaz. **Ana Barbosa** destacou que o comentário de Roberto estava alinhado com a discussão da reunião anterior, que enfatizava a necessidade de os municípios estruturarem seus Conselhos, reconhecerem sua cultura e assumirem a responsabilidade de valorizá-la e protegê-la. Propôs que a reunião fosse validada como um debate conjunto com pauta única, abordando a agressão e o desrespeito ao terreiro de Xambá. Sugeriu que os processos que seriam apresentados por Ana Paula e Cristiane fossem adiados para a reunião de daqui a 15 dias, garantindo que avançassem sem prejuízo. Definiu que, na próxima reunião, seriam articulados os convites, recebidas as pessoas para escuta e estabelecida uma pauta única para tratar dos processos e da definição dos grupos. **Juliana Santa Cruz** acreditou que todos já tinham conhecimento sobre os grupos em que poderiam se encaixar. Sugeriu que cada pessoa indicasse diretamente sua preferência, como no caso de Augusto, facilitando a organização. Defendeu que as reuniões começassem pontualmente às 9 horas, pois muitos participantes chegavam nesse horário, e iniciar mais tarde resultava em perda de tempo. Reforçou a importância de garantir o quórum desde o início. **Ana Barbosa** ressaltou que, ao divulgar as reuniões, é informado que o horário é das 9h às 12h, e, se começassem pontualmente, teriam três horas para discutir de maneira focada e objetiva. Destacou que, embora a Casa dos Conselhos oferecesse apoio, havia a necessidade de respeitar os horários, já que à tarde e à noite a equipe da Casa dos Conselhos não estava disponível para reuniões. Ela mencionou a possibilidade de ter mais reuniões, desde que fossem bem organizadas, lembrando que as reuniões

523^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

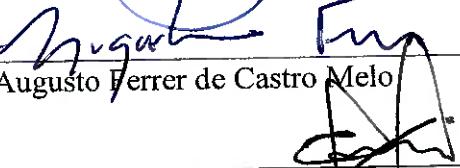
remuneradas seriam no máximo seis, enquanto os grupos de trabalho poderiam se reunir livremente, mas sem remuneração. Enfatizou que as reuniões deveriam ser para discutir, deliberar e definir, criticando que, naquela reunião, houve muitos informes não previstos, o que desviou da pauta original e resultou no não cumprimento do horário. Frisou a importância de manter a disciplina para evitar problemas futuros e reforçou que os informes deveriam ser objetivos e não ocupar o espaço da pauta, que já estava definida. **Sidney Rocha** concordou com a questão do horário, especialmente em relação aos compromissos do dia, e destacou a importância de convocar os suplentes de forma mais ampla para as reuniões dos grupos de trabalho. Ele sugeriu que, na próxima reunião, os suplentes fossem convocados para acompanhar e trabalhar junto aos grupos, já que era provável que o pequeno quórum atual não fosse suficiente para ocupar todas as cadeiras. **Ana Barbosa** explicou as atribuições legais do Conselho, destacando as ações e políticas relacionadas ao Patrimônio Cultural do Estado. Ela detalhou as competências, como propor diretrizes de tutela patrimonial, aprovar planos de proteção, restauração, conservação e intervenções em bens culturais, e decidir sobre tombamento e registro de Bens Materiais e Imateriais. Além disso, mencionou a criação de grupos de trabalho para monitoramento, tombamento, registro de bens e a concessão de registros de Patrimônio Vivo, conforme as atribuições legais. Ela também enfatizou a necessidade de revisar a legislação vigente e propor novos textos, destacando que a responsabilidade é da Assembleia Legislativa, e não dos conselheiros. Foi mencionada ainda a importância da educação patrimonial e a necessidade de promover tanto dentro quanto fora do Conselho. Ao final, Ana indicou a importância de um manual com as leis e decretos para guiar as discussões e decisões do grupo, visando a concretização de ações efetivas em cada encontro. **Juliana Santa Cruz, Maria Betânia Correa de Araújo e Augusto Ferrer** pediram para registrar sua participação nos grupos de Tombamento de bens materiais e extinção, e Legislação e monitoramento de bens culturais acautelados. **Ana Paula Jardim** escolheu participar do grupo de Fomento, enquanto **Cláudio Brandão** optou pelos grupos de Registro de Bens Imateriais, Registro dos Patrimônios Vivos e manifestou interesse em ingressar no grupo de Monitoramento. **Maria Elizabeth Santiago** escolheu os grupos de Comunicação e Articulação com a sociedade e as instituições de proteção ao Patrimônio Cultural, além do grupo de Registro dos Patrimônios Vivos. **Elinildo Marinho** optou por participar dos grupos de Registro dos Patrimônios Vivos, Fomento e Registro de Bens Imateriais. **Cristiane Feitosa** optou por contribuir nos grupos de monitoramento e tombamento. **Harlan Gadêlha** aguardou a criação do grupo de trabalho de legislação. Ele destacou que já havia sido realizado um trabalho sobre o tema no mandato anterior. **Luiz Otávio** escolheu o grupo de articulação e comunicação, enquanto o conselheiro **Henrique Luiz** aguardou o retorno do titular Antiógenes Viana para escolher seu grupo de trabalho. **Sidney Rocha** optou por ficar no GT de comunicação e articulação. **Teresa Duere** escolheu o GT de bens imateriais, e **Mons. José Albérico** decidiu ficar no mesmo grupo que Maria Teresa, titular da cadeira. **Ana Barbosa** explicou que, no grupo dos Arquitetos, os conselheiros Augusto, Cláudio e Betânia eram os titulares, e entre eles

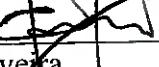
523ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

seria escolhido um coordenador. O mesmo processo seria seguido em outro grupo, com os conselheiros Cláudio, Elinildo e Teresa como titulares. Ela mencionou que ainda não havia feito sua escolha, mas ressaltou a importância de definir os coordenadores. Além disso, enfatizou que conselheiros que já coordenavam um grupo não deveriam coordenar outro para evitar sobrecarga. A reunião seria concluída com a definição de pauta única para a próxima semana, que teria como tema a questão do Xambá e convidados. Quanto à manifestação, o assunto seria formalizado em uma recomendação, com os detalhes registrados no grupo e no Drive. Nada mais a tratar, Ana de Fátima Braga Barbosa deu por encerrada a reunião e eu, Amanda Oliveira de Araújo Carneiro, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.


Amanda de Oliveira Araújo Carneiro (Secretária)

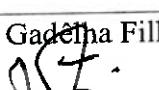

Ana de Fátima Braga Barbosa (Vice-presidente)


Augusto Ferrer de Castro Melo

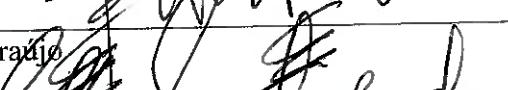

Cláudio Brandão de Oliveira


Elinildo Marinho de Lima

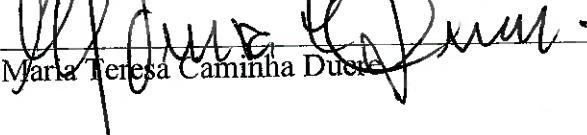

Francisco Sidney Rocha de Oliveira


Harlan de Albuquerque Gadelha Filho


Luiz Otávio de Melo Cavalcante


Maria Bêtania Corrêa de Araújo


Maria Elizabeth Santiago de Oliveira


Maria Teresa Caminha Duarte

CEPPC

PERNAMBUCO
CONSELHO ESTADUAL
DE PRESERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL



FUNDARPE

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE
PERNAMBUCO

Secretaria
de Cultura



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

523ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Ana Paula Nebl Jardim
Ana Paula Nebl Jardim

Cristiane Feitosa
Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza

Henrique Luiz de Lucena Souza
Henrique Luiz de Lucena Souza

Juliana Santa Cruz Souza
Juliana Santa Cruz Souza

Mons. José Albérico Bezerra
Mons. José Albérico Bezerra